

Uma escrita pessoal da crise: o barão de Cotegipe e a queda do império

CARLA SILVA DO NASCIMENTO*

Essa comunicação tem como objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa em torno da atuação de João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, à frente do gabinete de ministros durante a crise do império. Partindo da suposição de que teria havido uma redução da aposta na sorte da monarquia causada pela forma como vinha sendo encaminhada a crise do trabalho escravo, busca-se pensar por que não houve resistência efetiva do império à ofensiva republicana - que avançava pelo menos desde 1870 - e ao golpe de 15 de novembro. Mais especificamente, pretende-se analisar a percepção que o barão de Cotegipe teve do momento político, e a maneira como ele dirigiu a crise do regime à frente do gabinete 20 de agosto de 1885. Nesse sentido, trabalha-se com o arquivo pessoal do barão de Cotegipe, composto basicamente por sua correspondência, minutas e documentos pessoais e oficiais.

No trato de arquivos privados como fontes de pesquisa, uma historiografia já consagrada chama a atenção para os seus feitiços.¹ Por guardar uma documentação pessoal, não destinada ao espaço público e produzida com a marca da personalidade do emitente, cartas, bilhetes, rascunhos e considerações pessoais teriam o poder de revelar seu produtor em sua forma "verdadeira". Nessas fontes, privilegiadas para o historiador, o indivíduo se mostraria tal como realmente é, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. Quando aceita de forma acrítica, essa ilusão da verdade é uma cilada perigosa para o pesquisador. De acordo com Angela de Castro Gomes, o emitente sempre está,

“consciente ou inconscientemente, não importa, construindo sua imagem para si e para os outros, em muitos tempos e na história. Uma imagem que pode ser múltipla, e que está presente nos documentos pessoais e em seu

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

¹ Cf. GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. In: *Revista Estudos Históricos*, v.11, nº 21, Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, 1998, e GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

próprio processo de acumulação, ou seja, no arquivo privado.” (GOMES, 1998:126)

Não se trata de negar a espontaneidade e a autenticidade que as cartas pessoais possam transmitir. Todavia, é preciso que o pesquisador não deixe de atentar para a armadilha que é aceitar como verdade absoluta o que os registros narram. Como nos aponta Pierre Bourdieu, deve-se supor que todo relato se baseia sempre, ou ao menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de imprimir uma lógica, tornando inteligível a ideia que se pretende passar. Para tanto, é provável que esse ganho de coerência tenha em sua origem interesses, conscientes ou não. (BOURDIEU, 1998) Ainda que as cartas pessoais e os demais documentos que compõem arquivos privados não sejam originalmente redigidos para o conhecimento público, aquele que as escreve tem em vista uma representação privada de sua vida e de si, o que implica num aumento de censuras e construções específicas.

Outro ponto importante de ser pensado é a relação entre os indivíduos, e destes com o meio no qual se inserem. Em oposição à premissa de trabalhos consagrados sobre o uso de correspondência privada², em seu trabalho com documentos privados essa pesquisa não assume a perspectiva de apreensão do processo social que coloca em destaque apenas a ação individual, desconsiderando que cada indivíduo é parte de um todo desigual e conflitante. Parte-se do princípio de que o homem é um ser corpóreo, real e objetivo; um ser que tem existência material e uma atividade vital que não se reduz à consciência, embora a envolva visto que é uma característica ontológica do homem o fato de ter uma atividade vital consciente e teleológica, no sentido de projetar objetivos e expectativas para a sua vida. Parte-se da ideia de que o homem é um ser social, e é na sociabilidade, na interatividade social, mediante o processo de apropriação da acumulação histórica e socialmente produzida pelo gênero humano, que ele se forja verdadeiramente como humano. Nesse ponto já se conclui que a individualidade do singular não é, e não pode ser, dissociada do geral. A atividade social dos homens, com sua base material, é que cria o meio em que o indivíduo vive, e é apenas nesse meio, criado pela interatividade social, que ele pode se constituir. É ela que produz as condições e os meios objetivos e subjetivos para a realização da forma própria de ser de cada singular, da individualidade entendida como a vida privada ou espiritual de cada

² Refiro-me novamente aos trabalhos de Angela de Castro Gomes já citados.

um. Em sociedade, as circunstâncias estão postas, mas não se encontram dadas em definitivo a ponto de fazer do homem um ser passivo. Através de sua atividade no interior das relações sociais, cada indivíduo vai se compondo como um ser específico, e imprimindo algo de seu às circunstâncias herdadas, modificando-as. (PIRES, 2000)

Aqui, o indivíduo em questão é João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, um dos principais políticos conservadores do Segundo Reinado. Nascido em 23 de outubro de 1815, na Villa da Barra, atual cidade de Barra do Rio Grande - Bahia, e falecido na Corte em 13 de fevereiro de 1889, teve sua trajetória relacionada a todas as principais questões políticas que abalaram o império desde a política de Conciliação, na década de 1850. Filho do abastado proprietário capitão-mor João Maurício Wanderley, e de Francisca Antonia Wanderley, integrou uma das mais nobres famílias das margens do São Francisco. Formou-se bacharel em direito pela faculdade de Olinda em 1837 e, no início da carreira, defendeu alguns acusados da revolução do mesmo ano. Na província da Bahia exerceu os cargos de curador geral dos órfãos, juiz municipal e juiz de direito na cidade de Santo Amaro, e um lugar na administração da Recebedoria. Foi eleito deputado provincial em 1841 e deputado geral em 1842, tendo sido chefe de Polícia sob o Ministério de 29 de setembro de 1848. Continuou exercendo outros cargos da magistratura, como o de juiz dos Feitos da Fazenda, até ser eleito senador em 1856. Fez parte do gabinete de 26 de setembro de 1853, conhecido como gabinete da Conciliação, e do gabinete 16 de julho de 1868, organizado pelo Visconde de Itaboraá, dirigindo a pasta da Marinha e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Terminada a Guerra do Paraguai (1864-1870), serviu como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial no Rio da Prata e no Paraguai para firmar o tratado de paz. No gabinete 25 de junho de 1875, ocupou a pasta dos Estrangeiros. No gabinete de 15 de fevereiro de 1877 foi responsável pela pasta da Fazenda, tendo finalmente organizado o ministério de 25 de fevereiro de 1885, encarregando-se dos Negócios Estrangeiros durante a ausência do imperador na Europa por ocasião de doença, até 10 de março de 1888. Foi chefe proeminente do Partido Conservador.

Por meio de seu arquivo pessoal, e principalmente através de sua correspondência privada, pretende-se reunir elementos capazes de esclarecer como ele viveu a conjuntura de crise do regime e até que ponto pôde perceber que da maneira que o Estado encaminhasse a questão da abolição dependeria a própria sobrevivência do

império. Trata-se da valorização do seu “eu político”, e da forma como este era apresentado, consciente ou inconscientemente, por Cotegipe em seus escritos pessoais, o que representa uma importantíssima via de compreensão da queda da monarquia ao permitir uma aproximação com a subjetividade individual que motivou ações e fomentou diretrizes.

Mais do que valorizar a subjetividade de Cotegipe enquanto indivíduo, na análise das fontes busca-se relacionar relatos e exames da conjuntura política com sua vinculação de classe. Desempenhando o papel daquilo que o filósofo Antônio Gramsci designou por intelectual orgânico, Cotegipe, formado por uma classe em seu desenvolvimento histórico, cumpriu uma função organizadora na sociedade. Ele foi capaz de formular ideias à frente das reconhecidas pela prática imediata, devendo, dentro de seus limites de possibilidades, orientar ações. Por esse motivo, trabalha-se com a hipótese de que, nesse momento, o encaminhamento dado às crises políticas e à crise orgânica do regime resultou num desinteresse da cúpula estadista, da qual Cotegipe era parte, pelas instituições do império, e pelo próprio regime.

Apesar de sua trajetória de vida e política ter acompanhado quase toda a existência do regime, o cenário em questão é a crise do império, especificamente a década de 1880. Nesse período, a escravidão já havia se tornado uma instituição em crise aguda. Com o recrudescimento e fortalecimento gradual do movimento abolicionista liderado por Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças, organizavam-se manifestações em prol da libertação dos escravos, enquanto a imprensa bombardeava os dirigentes com constantes lembretes sobre a crueldade e ineficiência econômica do sistema escravista. Nesse ambiente, os debates sobre a abolição também mobilizavam o Parlamento, onde uma parcela minoritária articulava resistência às pressões abolicionistas, mostrando-se disposta a protelar ao máximo a extinção do trabalho escravo, e a encaminhá-la sob condições as menos prejudiciais para a classe senhorial³.

³ De acordo com Ilmar Mattos, a formação da classe senhorial teria ocorrido de forma concomitante ao próprio processo de construção do Estado imperial, a partir de um núcleo integrado por proprietários de terras e escravos, cujo poder se reafirma com a expansão cafeeira, sem, contudo, deixar de considerar os de outras regiões, mas que incorpora outros grupos – burocratas, professores, médicos, jornalistas, literatos – que se identificam com o mesmo projeto político, baseado nos princípios de Ordem e de Civilização. (MATTOS, 1987)

Em 20 de agosto de 1885, após a queda de dois gabinetes liberais que atravessaram a discussão da libertação dos sexagenários⁴, subiu ao poder o gabinete Cotegipe. Conservador, o 30º gabinete imperial imediatamente precisou encaminhar a reforma que os dois gabinetes liberais antecessores haviam fracassado em implementar. Após 17 meses de controvérsias e debates inflamados, em 28 de setembro de 1885 surgiu, sob a denominação de Lei Saraiva-Cotegipe, uma lei retrógrada, cuja forma foi sancionada por pressão de uma poderosa facção escravocrata na Assembléia no 14º aniversário da Lei Rio Branco. Como distorção do projeto original, proposto por Manuel de Sousa Dantas ainda durante a vigência do seu gabinete, a nova versão foi aceita e elogiada pelos representantes pró-escravatura, e condenada pelos abolicionistas. Todavia, tratava-se de uma mudança no *statu quo*, que imobilizou o movimento pela abolição no final de 1885 e início de 1886, antes de sua arrancada até a Lei Áurea. (CONRAD, 1978: 256)

De qualquer forma, os termos da nova lei não foram capazes de satisfazer àqueles que haviam escolhido o abolicionismo como causa e, em pouco tempo, ela pareceu inflamar ainda mais o movimento. Como chefe de gabinete, cabia ao barão de Cotegipe, arqui-escravista representante da parcela ultraconservadora do Partido Conservador, encaminhar a resolução da questão.

Cotegipe engrossava o coro dos que, em sendo inevitável abolir o trabalho escravo, desejavam um fim ordeiro, com o menor prejuízo possível para a lavoura e a ser realizado no maior período de tempo possível. A atitude pró-escravista de seu gabinete, aparente no encaminhamento e nas interpretações da nova lei, talvez tenha sido o mais importante fator da retomada do movimento abolicionista. Sob a direção de Antônio Prado, então ministro da Agricultura, a nova lei foi posta em prática sem considerar a opinião pública contrária. A cada nova decisão tomada a respeito da questão servil, percebia-se o favorecimento dos interesses dos proprietários de escravos.

Com o avançar da década de 1880, à crise da mão-de-obra escrava se somaria mais uma crise política com a qual o gabinete Cotegipe precisaria lidar: a Questão Militar. Alguns dos mais expressivos embates entre parcelas militares e o governo, que contribuíram para a politização de oficiais militares, se desenrolaram durante o

⁴ Foram esses: os gabinetes 6 de junho de 1884, chefiado por Manuel Pinto de Sousa Dantas, e o 6 de maio de 1885, chefiado por José Antônio Saraiva.

ministério do barão. No início de junho de 1887 eclodiu a violência de escravos em São Paulo. Quando o governo ordenou o envio de tropas para a região, a simpatia que expressivas parcelas militares, incluindo oficiais de alta patente, nutriam pelo movimento abolicionista fez com que, como primeiro pronunciamento oficial do recém-fundado Clube Militar, oficiais se recusassem a perseguir escravos fugidos. Afirmavam que a caça a eles constituía uma imoralidade, e estava abaixo da dignidade do exército, o que gerou protestos contra a escravidão e o governo escravocrata. (SCHULZ, 1994: 113, 114)

Ao mesmo tempo, Antônio Prado, líder do Partido Conservador de São Paulo e ex-ministro da Agricultura no gabinete Cotegipe, concedia liberdade aos seus escravos. Durante o período, Prado chamaria a atenção pela evolução de sua atitude frente à questão da abolição. Inicialmente contrário ao projeto da lei de 1885, poucos meses depois mudaria sua atitude para um apoio qualificado à Lei Saraiva-Cotegipe, declarando que os fazendeiros de São Paulo já não viam na Lei Rio Branco, que em 1871 libertara o ventre da mulher escrava, uma solução final para a escravidão. Na ocasião chegou a afirmar que, apesar dos interesses vitais que ligavam a sua província ao braço escravo, São Paulo possuía a compreensão prática das vantagens do trabalho livre, e estava tomando medidas para a transformação do seu sistema de trabalho. Prado se referia ao incentivo e à estabilização cada vez maior da imigração na província, que o fizera concluir ser mais lucrativo investir nessa atividade do que pagar policiais para perseguirem e manterem a escravaria sob controle. O fim inevitável da escravidão e a riqueza dos fazendeiros paulistas pareciam estar criando abolicionistas em São Paulo. De acordo com Robert Conrad, a mudança de Prado para o emancipacionismo foi modesta e cautelosa em 1885. A significação das atitudes, aqui em evolução, de Prado viria a ser mais aparente em 1887, quando, sob sua liderança, a província de São Paulo se moveu decididamente para o campo abolicionista, contribuindo decisivamente para a rápida extinção da escravidão. (CONRAD, 1978: 278). Desde então a liderança paulista de ambos os partidos passou a pressionar o governo a resolver o problema da escravidão urgentemente.

Em fins de junho de 1887, por ocasião da partida do imperador para a Europa para tratar-se de problemas de saúde, a princesa Isabel assumiu a regência. Na ocasião, com o gabinete abalado pelas crises políticas, Cotegipe pediu demissão, que foi negada

pela princesa. Em um documento escrito em dezembro de 1888, após a queda do ministério, a princesa explicou as razões que a fizeram conservar o barão no poder:

*“O Barão de Cotegipe parecia-me poder sustentar a situação e eu conhecia-lhes as tendências firmes no que diz respeito à religião, tendências infelizmente raras. Além disso, não gostando de choques, não havendo razão então que me fizesse pensar menos bem do ministério, estimei conservá-lo, e assim vivemos em muito boa harmonia bastante tempo.”*⁵

Durante todo o ano de 1887 as fugas e violências de escravos aumentaram em proporções alarmantes na província de São Paulo. Pouco tempo após o exército se recusar a perseguir escravos fugidos, os chefes de ambos os partidos monarquistas de São Paulo, liderados por Antônio Prado, anunciaram que libertariam todos os seus escravos até final de 1890. No lado do Nordeste, a maioria de seus líderes adotava uma política neutra ou abolicionista. João Alfredo, líder do Partido Conservador de Pernambuco, e que assumiria a chefia do gabinete com a queda de Cotegipe, encaminhando a Lei Áurea, libertou seus escravos em junho do mesmo ano. (SCHULZ, 1994: 115)

A base política do gabinete Cotegipe se encontrava majoritariamente na província do Rio de Janeiro. Alinhava-se com os ultraconservadores liderados por Paulino José Soares de Sousa Filho - chefe político da província - e dos quais também fazia parte Domingos Andrade Figueira. Na cidade de Campos, segunda maior cidade da província e centro da região açucareira, também a campanha abolicionista causou vários e graves conflitos.

Nesse ínterim, duas eleições senatoriais deram evidências de que o gabinete Cotegipe e a ala ultraconservadora estavam em situação desfavorável na correlação de forças. A princesa Isabel, que ao assumir a regência não havia dado provas de seu abolicionismo, nas duas ocasiões escolheu nomes de conservadores moderados, contrariando as expectativas de Paulino de Sousa e do gabinete. O primeiro deles foi Tomás Coelho, seguido por Pereira da Silva. Esse último era um abolicionista moderado, e desbancou Alfredo Chaves, ferrenho seguidor de Paulino, e que havia sido figura de destaque na atuação do governo durante a Questão Militar como ministro da Guerra. (SCHULZ, 1994)

⁵ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 32.

Os surtos de violência em São Paulo e Campos, a petição do Clube Militar, a resolução abolicionista dos fazendeiros paulistas e o medo alimentado pela princesa quanto a um possível processo separatista de São Paulo configuravam a atmosfera de crise que envolvia o gabinete Cotegipe.

A inclinação da princesa contra o gabinete fica clara no relato do primeiro-ministro sobre um encontro entre ambos, do qual também participou o conde D'Eu, em janeiro de 1888:

“Disse-me logo que parece que o ministério está perdendo prestígio. Perguntei em que e por quê. Sua alteza respondeu que refere-se à questão da abolição da escravidão, a qual, em São Paulo, tomava caráter muito sério e mostrou receio de que a província, nada esperando do centro, aderisse às tendências separatistas, e por isso desejava saber o que faria o ministério. Observei que a separação da província de São Paulo não era de temer-se (com dois ministros paulistas), tanto mais quanto o gabinete tem feito por ela em relação à imigração (mais do que por qualquer outra); que nós não púnhamos obstáculos nem desejávamos abater o que ali ia se fazer por iniciativa particular, apesar de reconhecermos que os resultados não correspondiam aos interesses dos proprietários e antes dificultaria a substituição do trabalho; que o ministério estudava a questão e em abril daria sua opinião, fazendo alguma coisa ou não, porém ficando ou retirando-se, pois não queremos o poder pelo poder e sim para o bem geral. Sua alteza parece inspirada pelo conde D'Eu, pois este ou aprovou o que ela dizia ou acrescentava algumas considerações.

E, por fim, disse que minha lealdade exigia que eu aconselhasse a Sua Alteza que deixasse essa e as questões políticas aos partidos, como fazia a Rainha Vitória. Nesse ponto reclamou pelo seu direito, que não contestei, senão pelo uso que dele fizesse em questões que dividiram os partidos. Tanto Sua Alteza como o conde observaram que a Rainha já ia perdendo ou tinha perdido por essa neutralidade! Em vista disso, pareceu-me que Sua Alteza está influenciada, pois nunca falou tão clara e positivamente. Mostrava desejo de que alguma coisa fizesse, mas nunca pôs na balança a sorte do ministério como agora.”⁶

O quadro político do império atravessava uma crise poucas vezes antes vista. Para além das desavenças com os militares e das sublevações escravas, os republicanos realizavam suas reuniões, procurando angariar mais e mais adeptos na luta contra a monarquia, e publicavam cada vez mais jornais com sua propaganda e críticas aos sucessivos gabinetes monárquicos. Era nesse caldeirão que se encontrava o barão de Cotegipe, o conservador que bloqueava a votação de uma lei abolicionista. Haveria, então, algum motivo que derrubasse o gabinete indesejado.

⁶ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 28, 14 de janeiro de 1888.

Na madrugada de 27 para 28 de fevereiro de 1888, o oficial da marinha reformado Leite Lobo invadiu a casa de uma senhora e tentou matá-la, tendo também jogado garrafas na rua e espancado seu filho. Levado, a socos e pontapés, por alguns que no lugar passavam, a uma estação de polícia, lá chegando, o oficial com problemas mentais foi agredido pelo alferes Batista, responsável pela estação e seu subalterno na hierarquia militar. Começava assim o “caso Leite Lobo”.

No dia 29 o tenente-coronel do exército Beaurepaire Roham esteve na estação de polícia para livrar seu sobrinho Leite Lobo. Lá, também teria sido desrespeitado pelo alferes Batista, que passou a somar conta si duas acusações de insubordinação. Na noite do mesmo dia, oficiais da Marinha marcaram uma reunião no Clube Naval para tomarem uma posição sobre o caso Leite Lobo e sobre os desacatos do alferes. Nessa reunião foi formada a Comissão dos Treze, composta por oficiais do Exército e da Armada com a finalidade de reparar a honra das duas forças.

A imprensa da Corte não perdeu tempo em anunciar a reunião como um ato de indisciplina, prevendo a queda instantânea do gabinete Cotegipe. Falava-se numa continuação da Questão Militar, agora estendida para a Armada. Para inflamar ainda mais a opinião pública, no dia 2 de março, em uma reunião do Clube Militar decidiu-se pelo apoio aos seus colegas da Marinha. (NASCIMENTO, 2001: 109)

Nos dias 1º e 2 de março o estado de violência foi levado ao clímax. Marinheiros e soldados do batalhão naval entraram em confronto com policiais pelas ruas da cidade. As principais ruas do centro foram transformadas em campos de batalha. Durante esses dias observou-se um movimento anormal de desembarque de marinheiros das ilhas e dos navios na cidade, fato que só poderia acontecer com a conivência de oficiais navais. Cenas desse tipo se repetiram durante dias, deixando a Corte entregue a capoeiras, marinheiros e manifestantes. Mesmo com a diminuição dos conflitos, o clima de incerteza dominou a cidade por vários dias. (NASCIMENTO, 2001: 109)

Em Petrópolis, a princesa era informada dos fatos. Muito se falava na imprensa, e as notícias que chegavam oficialmente do gabinete pareciam desencontradas. Em resposta a uma carta do ministro da Justiça, Samuel Wallace MacDowell, relatando os acontecimentos, a princesa expressou falta de confiança na atuação do governo:

“Falam os jornais igualmente de marinheiro morto que teria sido sepultado ocultamente pela polícia. Não será esta que poderá dar todas as informações sobre o fato!”

*Sempre e, sobretudo em épocas de crise como esta pela qual passamos, é absolutamente necessário ler tudo quanto aparece. Poderá haver muita invenção, mas será também o meio de descobrir muita verdade.”*⁷

Diferentemente de quando assumiu a Regência, a essa altura a princesa já havia se tornado abolicionista. Se não por convicção, pelo menos por ter se convencido da necessidade e inevitabilidade da implantação da reforma. Sua nova opinião criou pressão sobre o barão de Cotegipe que, não estando disposto a encaminhar a abolição imediatamente, propôs interpretações da Lei Saraiva-Cotegipe que reduzissem o prazo final para o fim da mão de obra cativa.⁸

O avanço do abolicionismo no Norte e em São Paulo sob a liderança de João Alfredo e Prado, respectivamente, assim como uma consequente cisão do Partido Conservador, não pareciam criar no barão nenhuma propensão a uma política conciliatória. A derrota nas eleições senatoriais, indicador de que o Ministério perdia força por toda parte, parecia igualmente não convencer Cotegipe da necessidade de uma mudança de estratégia. Porém, funcionaram com um alerta para a princesa de que, sob o governo do barão, nada aconteceria.⁹

Deram-se os acontecimentos com a polícia e a armada, custando o cargo do chefe de Polícia. Sendo impossível lutar contra a falta de apoio da opinião pública e da própria regente, Cotegipe pediu demissão. Imediatamente a princesa convocou João Alfredo para montar um novo gabinete e, dois meses mais tarde a abolição da escravidão finalmente era realizada por meio da Lei Áurea.

Ao assumir a chefia do gabinete em 1885, o barão de Cotegipe assumira também a direção da crise do império. Tratava-se de um momento crucial na história política do regime, no qual as pressões pelo encaminhamento da questão abolicionista eclodiam por todo o território. As crises políticas haviam finalmente encontrado a crise hegemônica que, em 1868 tivera seu ensaio político com a inversão ministerial e, 1871, com a libertação do ventre escravo, finalmente se explicitara.

À frente do Conselho de Ministros, o papel do barão extrapolou o da política imediata. Tratava-se de um dirigente, atuante para além do papel Executivo e que, de

⁷ Instituto Histórico Geográfico, Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 31.

⁸ Instituto Histórico Geográfico, Coleção Cotegipe, Lata 960, pasta 32.

⁹ *Idem.*

acordo com a correlação de forças, buscava formular diretrizes para a manutenção da ordem. Como intelectual, Cotegipe esteve empenhado na sustentação de um modelo de sociedade organizado hierarquicamente em torno da Coroa, e vitalmente dependente da mão de obra escrava.

Como primeiro ato do Ministério, não havia dúvidas quanto à urgência de se encaminhar a reforma dos sexagenários. A estratégia de definir um prazo mais longo para a abolição tinha o objetivo de permitir que os proprietários de escravos se adequassem mais confortavelmente a novas formas de mão de obra, impedindo o que o dirigente temia poder ser um total colapso da classe.

Em 1886 e 1887, a crise com os militares não mereceu do barão uma grande atenção. Em carta ao seu genro, e político baiano, Araújo Pinho, Cotegipe mostrou total confiança na sua relação com o imperador, afirmando que, em relação aos militares, todos os dias se inventavam crises para abalar o governo. Apesar das pressões abolicionistas sobre o movimento, para o barão tudo iria bem. Os militares incomodariam por outros motivos, que não deixa explícito.¹⁰ Um dos grandes fatores mobilizadores do golpe de 15 de novembro não convenceu o barão de seu potencial. Em contrapartida, o movimento abolicionista e a postura do Partido Conservador perante a questão ditavam os rumos de sua política.

Herdeiro político da geração saquarema de 1830, ao lado de Paulino de Sousa Filho e Andrade Figueira, Cotegipe lutou com unhas e dentes pelos interesses de proprietários de províncias como Minas Gérias, Rio de Janeiro, Bahia, e outros lugares do Norte que, ao contrário de São Paulo, não haviam desenvolvido alternativas de mão de obra. Tratava-se, sem dúvida, de encaminhar a questão com o menor prejuízo da classe senhorial. Nesse ponto, considerava a atitude dos dois principais líderes abolicionistas dentro do Partido Conservador, Prado e João Alfredo, como perigosa e prejudicial para a força do partido.¹¹

Para Cotegipe, as atitudes abolicionistas de Antônio Prado pareciam tão fora de propósito para um conservador que lhe deram a impressão de que poupavam trabalho aos liberais. Percebendo a falta de eco das ideias totalmente alinhadas com a preservação das instituições monárquicas dentro do Partido Conservador, cujo papel

¹⁰ Instituto Histórico Geográfico, Coleção Araújo Pinho, Lata 548, pasta 75, 29 de novembro de 1886.

¹¹ Instituto Histórico Geográfico, Coleção Barão Cotegipe, Lata 960, pasta 32, 1888.

acreditava ser o de garantir a ordem perante os perigos da democracia¹², para o barão, o partido parecia estar andando na contramão dos interesses daqueles que sustentavam o regime. Seria preciso educar o partido, expurgando-o, para assim fazer frente aos avanços dos contestadores.¹³ As cisões internas eram, então, um grande problema.

A ideia de Cotegipe de que ao Partido Conservador caberia a defesa da ordem constitucional e monárquica perante os perigos da democracia revela um dirigente com bastante clareza do seu lugar, e o de sua classe, na correlação de forças do período. A ameaça às instituições - que os liberais não sabiam, ou não podiam deter - lhe era clara: tratava-se dos movimentos abolicionista e republicano. Percebia que a política do dia-a-dia empreendida por ambos os movimentos atropelava as instituições e seus fundamentos morais, chamando para o Partido Conservador a responsabilidade de preservá-los.

Para tanto, sua principal arma deveria ser a imprensa, “associada moralmente ao governo, e apoiada ativamente por uma associação de amigos sinceros das instituições”¹⁴. O barão de Cotegipe percebia a eficácia da grande e pequena imprensa na disseminação de ideias. Pela energia da sua linguagem, seu pequeno custo – especialmente a pequena imprensa- essa arma foi eleita por ele como o elemento de maior potencial na direção do espírito público, como forma de arredá-lo das seduções dos “inovadores e anarquistas”.

A indiferença da classe interessada na manutenção das instituições, fundada no desprezo pela propaganda, era a barreira que precisava ser vencida. Isso porque, num país de liberdade de imprensa, nem a organização monárquica nem a religião poderiam sobreviver sem uma defesa e uma vigilância intrépida. Não podendo a monarquia e a religião confiar a sua sorte apenas à consciência dos “bons cidadãos”, seria indispensável que o Partido Conservador rompesse sua índole defensiva no momento em que seus adversários “desenvolvem a maior audácia e tentam arrojadas temeridades”¹⁵.

¹² Instituto Histórico Geográfico, Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 21, 1888.

¹³ Instituto Histórico Geográfico, Coleção Araújo Pinho, Lata 548, pasta 68.

¹⁴ Instituto Histórico Geográfico, Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 21, 1888.

¹⁵ *Idem.*

Ao avaliar as condições materiais do governo para deter os avanços contra as instituições monárquicas, Cotegipe priorizou o consenso em relação à força. Não dispondo o governo de força para solucionar o problema que se agitava, seria essencial contra-trabalhar a sociedade através da propaganda, dissolvendo os ideais que ameaçavam os “bons princípios”.¹⁶

Em meio à convicção da responsabilidade conservadora na preservação dos fundamentos do regime, Cotegipe temia que as dissensões internas do partido prejudicassem a luta contra o Partido Republicano, verdadeiro inimigo, capaz de concentrar todos os descontentamentos, aos quais os liberais seriam incapazes de fazer frente.

Cotegipe foi capaz de enxergar que, em circunstâncias normais, as ideias republicanas não encontrariam eco, mostrando-se ciente da situação delicada do regime. Na crise que ele acreditava estar se preparando, essas ideias poderiam surpreender a sociedade, tal como acontecera na França, em 1848. Para o barão:

*“É urgente levantar um grande órgão apoiado em uma associação forte e numerosa para desembaraçadamente (...) dirigir a opinião nacional no sentido de consolidar as instituições contra minando (sic) o trabalho da propaganda revolucionária. É de indispensável necessidade que esse órgão, além do apoio moral, disponha de recurso para fazer face a todas as eventualidades, convencendo aos adversários que a luta não o desarmará, nem será interrompida.”*¹⁷

A crise do Império era orgânica porque estava diretamente relacionada à crise da mão de obra escrava e à incapacidade da maioria da classe senhorial de ser manter por meio de diferentes maneiras. Para o barão, o fim da escravidão era um problema estritamente econômico, financeiro e de manutenção da ordem, ordem essa que muitas vezes viu ameaçada nos relatos de fugas em massa, encorajadas, não somente, mas também, por libertos, os quais acreditava serem responsáveis por incitar os cativos à indisciplina como forma de coerção sobre os proprietários para libertarem seus escravos. Esses mesmos libertos lhe pareciam tomar o lugar dos senhores, impondo-lhes

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ *Idem.*

condições inadmissíveis de trabalho e se tornando hóspedes indesejados nas fazendas, contra a vontade dos ex-senhores.¹⁸

Em 1888, Cotegipe formulou um projeto de emancipação escrava, no qual apresentava um programa conservador frente ao inevitável, preocupando-se essencialmente com as garantias dos proprietários, sendo a indenização e o trabalho compulsório do cativo como forma de pagamento ao senhor pela liberdade suas ideias de ordem. Preocupado apenas com as instâncias econômicas e financeiras, tratava assim de despolitizar a questão. Em sua relação com a abolição, desqualificava o escravo enquanto elemento que devesse ser levado em consideração quanto a direitos políticos, de cidadania e inclusão social.¹⁹

Desde dezembro de 1887, por conta da quase total falta de apoio de que dispunha seu governo, tanto da opinião pública quanto da própria Coroa, Cotegipe já manifestava o desejo de largar o Ministério. Nessa mesma época, já previa ser João Alfredo seu sucessor. Não cansava de lamentar, porém, a atitude do abolicionista em relação ao Partido Conservador. Para Cotegipe, era preferível que a abolição, já que inevitável, fosse feita pelos liberais, impedindo que as desavenças internas arruinassem a força política dos conservadores.

Com a demissão do Gabinete em março de 1888, tinha consciência do seu verdadeiro motivo: a “batalha de flores”, como confidenciou novamente a Araújo Pinho. A desordem na cidade do Rio de Janeiro fora mero pretexto. Com a continuidade dos conservadores no poder, mas agora de sua ala abolicionista, perguntou-se às custas de quais sacrifícios se sustentaria tal situação. Sem dúvida, tratava-se do sacrifício dos interesses da classe senhorial, e da própria sorte do regime.

Bibliografia

Documentos

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe. Lata 960, pastas 21, 28, 30, 31 e 32.

Instituto Histórico Geográfico, Coleção Araújo Pinho, Lata 548, pastas 68 e 75

¹⁸Instituto Histórico Geográfico, Coleção Barão Cotegipe, Lata 960, pasta 32, 1888.

¹⁹ Instituto Histórico Geográfico, Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 30, 17 de fevereiro de 1888.

Obras

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. In: *Revista Estudos Históricos*, v.11, nº 21, Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, 1998.
- _____. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL, 1987.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e indisciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- PIRES, Sandra Regina de Abreu. Marx e o indivíduo. In: *Serviço Social em Revista*, v. 3, nº 1, Jul/Dez 2000.
- SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.